



Plenário vota Código de Processo Civil na quarta

O texto, que foi aprovado ontem na comissão encarregada da proposta, deverá reduzir o número de recursos protelatórios, garantindo mais agilidade e transparência à Justiça brasileira

O projeto do novo CPC simplifica processos e estimula a solução consensual de conflitos. Para o relator, Vital do Rêgo, o texto reúne importantes contribuições de juristas à modernização do processo civil, fundamentais

para garantir aos cidadãos um julgamento rápido na Justiça. Entre os importantes avanços contidos na proposta, estão a limitação à remessa obrigatória de processos aos tribunais superiores, a adoção da tutela antecipada satisfativa e a penhora antecipada. **3**

Mesmo aprovado, superávit ainda divide opiniões **4**

Em luta pelo Aerus, idosos acampam no Congresso **7**

Educação básica poderá ganhar ações de saúde **6**

Acessibilidade no transporte aéreo enfrenta desafios

Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil avançou no atendimento especial das pessoas com deficiência por empresas

aéreas. Mas especialistas apontam que é preciso derubar preconceitos e garantir direitos plenos a essa parcela da população. **5**

Senadora Ana Rita (C) presidiu audiência que discutiu desafios na acessibilidade em voos de empresas brasileiras



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Debate propõe rastrear câncer de intestino

Participantes de audiência na Comissão de Assuntos Sociais concordaram que uma campanha nacional de incentivo à realização de exames pode reduzir a incidência da doença no Brasil. Representante do Ministério da Saúde, porém, descartou a possibilidade no curto prazo. **8**



Pedro Franco/Agência Senado

Propositora da audiência pública conduzida por Waldemir Moka (C), Ana Amélia (ao microfone) citou como modelo a campanha Outubro Rosa

Em Discussão! fica em 3º lugar em premiação **2**

Comissão deve votar dia 17 novo Código Penal **4**

MP prorroga tributação especial para imóveis **6**

16 DIAS DE ATIVISMO

Pelo fim da violência contra as mulheres



Quando você insinua que posso ser promovida se sairmos juntos, isso também é violência



Senado Federal | Sicom | Publicidade e Marketing



Marcos Oliveira/Agência Senado



Presidindo a sessão especial, Jorge Viana (3º à esq.) demonstra satisfação em participar de homenagem a Dom Hélder Câmara

Bispo defende combate à miséria e à fome no país

Ao receber a Comenda Dom Hélder Câmara no Senado, o bispo de Duque de Caxias, Mauro Morelli, apontou também a proteção às crianças como um dos grandes desafios que o Brasil precisa enfrentar

COMBATER A MISÉRIA e a fome, ampliar o Programa de Alimentação Escolar e não deixar que as crianças brasileiras morram são grandes desafios que o Brasil ainda tem que enfrentar. A afirmação é de dom Mauro Morelli, bispo emérito da Diocese de Duque de Caxias (RJ), um dos agraciados com a Comenda Dom Hélder Câmara, concedida pelo Senado na quarta-feira para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Para ele, o prêmio é um incentivo aos que atuam na defesa das crianças e dos menos favorecidos.

Presidindo a sessão, Jorge Viana (PT-AC) esclareceu que não foi possível fazer uma solenidade mais abrangente em função da votação, pelo Congresso, da mudança no superávit naquele dia.

— Mais uma vez, cumprimento e falo de minha honra e de minha satisfação de estar aqui presidindo esta singela sessão que homenageia pessoas comprometidas com a luta pelos direitos humanos com a Medalha e o Diploma Dom Hélder Câmara, uma figura extraordinária na história brasileira — disse Viana.

Direitos humanos

Para o presidente do Conselho da Comenda, Cristovam Buarque (PDT-DF), as personalidades premiadas são exemplos de defesa dos direitos humanos no país.

Ao receber a medalha, dom Mauro lembrou que dom Hélder cultivava o hábito da oração e recomendou que todos fiquem atentos ao clamor pela vida, o que considera um desafio para a humanidade.

— Que nós possamos, a partir desta Casa, imaginar um país em que educação e nutrição fossem as duas grandes luzes a iluminar o caminho de transformação do nosso país — afirmou.

Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, também participou da sessão especial.

Também foram premiados nesta quinta edição do prêmio: o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa — que não participou da cerimônia; o deputado estadual do Espírito Santo Claudio Vereza; o secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão Pires Junior; o governador interino de Roraima, Francisco de Sales Guerra Neto; e o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani Tempesta. Houve ainda homenagem à fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns.

Coral do Senado abre Cantatas de Natal do Congresso

O Coral do Senado, regido pela maestrina Glicínia Mendes e acompanhado pela pianista Duly Mittelstedt, inaugurou a quarta edição das Cantatas de Natal do Congresso Nacional na noite de ontem, no Salão Negro.

O evento foi aberto pelo diretor-geral da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio, e pela diretora-adjunta de Gestão

do Senado, Ilana Trombka.

— Em dezembro, a espiritualidade está mais aguçada, as pessoas se olham com mais sensibilidade. Então, a Casa promove as cantatas para que as pessoas entrem no clima — disse Sampaio.

A maestrina concordou e explicou que as reflexões espirituais estão em voga. Segundo

ela, a apresentação *Misatango*, do compositor Martín Palmeri, reflete o momento.

— A obra é um conjunto de orações. No Natal, sempre temos problemas para resolver, então podemos fazer uma oração também. Senhor, tem piedade, dá uma ajudinha, que a coisa aqui está feia — brincou Glicínia.

Olinda Fernandes Neves veio acompanhada pelas filhas Suzana e Giovana, a convite do esposo, Gilson Amaral, um dos coralistas.

— É sempre um espetáculo! Até vou para Nova York prestigiá-los [quando se apresentarão no Carnegie Hall, no dia 18 janeiro de 2015]. É memorável esse convite, vai ser muito legal — disse Olinda.

O projeto recebe mais 13 corais em apresentações de quinta a domingo desta e da próxima semana, no Salão Negro, às 19h.

Moreira Muniz/Agência Senado



Coral do Senado foi convidado para se apresentar em Nova York, em janeiro

Revista *Em Discussão!* fica em 3º lugar em prêmio de jornalismo

A edição 22 da revista *Em Discussão!*, que tem como título “Lixões persistem”, ficou em terceiro lugar entre os mais de 100 trabalhos inscritos no 19º Prêmio Abrelpe de Reportagem — com o tema “Soluções sustentáveis para um futuro saudável”. O prêmio é concedido pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais às reportagens que evidenciaram “esforço acima do comum ou uma abordagem diferenciada para obtenção das informações utilizadas, abrangendo os vários aspectos do tema”. A revista ficou atrás apenas de duas reportagens da revista *National Geographic*. O prêmio foi entregue no dia 1º de dezembro, em São Paulo.

A pauta sobre os lixões foi elaborada a partir de debates na Comissão de Meio Ambiente do Senado, que este ano acompanhou os quatro anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o prazo para fechamento dos lixões.

— A conquista do Prêmio

Abrelpe nos estimula a abordar pautas que dizem respeito à vida urbana e ao meio ambiente, o que pode aumentar a vigilância pública em defesa de ações que preservem a qualidade de vida nas cidades e no planeta — afirmou o jornalista Flávio Faria, que representou a publicação do Senado na solenidade de entrega do Prêmio Abrelpe.

A revista *Em Discussão!* tem cinco anos e traz, a cada edição, um tema debatido pelas comissões da Casa.

Leia a reportagem premiada: <http://bit.ly/EmDiscussao22>



Reprodução



Divulgação/Abrelpe

Flávio Faria (D), do Senado, com outros competidores na entrega do prêmio

Painéis e terminais da Casa são trocados para agilizar votação

As sessões de ontem e de hoje foram suspensas para a instalação de novos painéis eletrônicos. Também será feita a troca dos terminais de votação dos senadores. Em janeiro de 2015, será realizada a atualização do aplicativo do programa de votação.

Segundo o secretário-geral da Mesa do Senado, Luiz Fernando Bandeira, os painéis atuais estão em uso há mais de 20 anos e já apresentam falhas, como luzes queimadas. Os novos painéis, mais modernos, terão alta resolução,

mais informação e caracteres, e incluirão a orientação de bancada.

Nas comissões, o principal ganho é agilidade. Atualmente, nas votações nominais, é preciso chamar cada senador para que ele anuncie o voto. Com os novos painéis e terminais, a votação será eletrônica e instantânea.

Os novos equipamentos custaram R\$ 850 mil, o que representa uma redução de 66% em relação ao valor inicialmente estimado, de R\$ 2,5 milhões.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



ESPECIAL Pessoa com Deficiência

9h A 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência oferece, no ILB, oficina de automaquiagem (Projeto Beleza que se Vê) com a instrutora Andréa Andrade.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Novo Código de Processo Civil vai a Plenário

O substitutivo da Câmara, a ser votado na quarta-feira, simplifica processos, reduz recursos e estimula a solução consensual de conflitos, agilizando a Justiça, segundo relator

O PROJETO DO novo Código de Processo Civil (CPC) será votado em Plenário na quarta-feira, às 11h, em sessão que pode marcar o fim dos mais de cinco anos de trabalho realizado pelo Congresso para garantir mais agilidade e transparência ao Judiciário. Em votação simbólica, substitutivo da Câmara ao projeto original do Senado (PLS 166/2010) foi aprovado ontem na comissão temporária encarregada da matéria.

O texto simplifica os processos, reduz recursos protelatórios e estimula a solução consensual de conflitos, adotando fase prévia para tentativa de composição entre as partes. Um novo mecanismo jurídico, o incidente de resolução de demandas repetitivas, deve assegurar mais ritmo às decisões ao permitir a aplicação de um mesmo julgado a milhares de processos iguais.

O autor do relatório, Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que a quarta-feira, quando haverá a decisão final, será um dia “memorável”. Segundo ele, o texto reúne as mais avançadas contribuições do mundo jurídico à modernização do processo cível, garantido o “direito de as pessoas terem julgamento rápido” na Justiça.

— Vamos diminuir a avalanche de recursos e garantir prazos compatíveis com o bom andamento da Justiça. Ofereceremos aos brasileiros o que chamo de Código de Processo Civil cidadão — assinalou após a reunião.

Reforma do Judiciário

Com mais de mil artigos, o texto deve substituir o atual CPC, de 1973, exatamente 20 anos depois da reforma do Judiciário, que, entre outras medidas, criou órgãos



O relator e presidente da comissão temporária que analisa o projeto do novo CPC, Vital do Rêgo, e José Pimentel durante reunião do colegiado

de controle da magistratura e do Ministério Público e consagrou o princípio do direito à razoável duração do processo. Desde então, já se apontava a necessidade de novos avanços, inclusive a reforma dos diferentes códigos de lei, o que motivou a formalização de pactos entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Em 2009, José Sarney, então presidente do Senado, tomou a iniciativa de constituir comissão de juristas para elaborar o anteprojeto do novo CPC. Convertido em projeto, o texto foi aprovado em Plenário no ano seguinte e seguiu para revisão na Câmara. Na forma do substitutivo, que agora vai a Plenário, a proposta retornou ao Senado em abril deste ano. Desde então, foi enquadrada como uma das prioridades da pauta legislativa do ano pelos líderes e pelo presidente da

Principais mudanças

- ▶ **CONCILIAÇÃO:** Entre as inovações, está a previsão de uma fase prévia de conciliação e mediação entre as partes, que ocorrerá em centros judiciários de solução de conflitos. O objetivo é evitar que a demanda prossiga pela via judicial.
- ▶ **DEMANDAS REPETITIVAS:** Um dispositivo foi incluído para assegurar solução mais rápida em ações semelhantes que costumam abarrotar o Judiciário. Esses processos tratam, na maioria das vezes, de casos sobre planos econômicos, questões previdenciárias e queixas de consumidores contra concessionárias de serviços. Por meio do chamado “incidente de resolução de demandas repetitivas”, um juiz pode decidir uma dessas ações e determinar que a solução seja adotada para todos os demais casos.
- ▶ **LIMITAÇÃO AO ESTADO:** Outra inovação tem por fim limitar o acesso do Estado ao duplo grau de jurisdição, ou seja, de recorrer em segunda instância. Mas isso ocorrerá apenas em relação às causas de baixa efetividade em seus resultados.



Em 2009, Sarney criou a comissão, presidida por Luiz Fux

Casa, Renan Calheiros.

O relatório de Vital aproveitou a maior parte das alterações vindas da Câmara, como a previsão de criação dos centros judiciários de solução consensual de conflitos, para audiências de mediação e conciliação. O texto do Senado

já autorizava aos tribunais a prática de conciliação, mas sem determinar fase prévia para tentativa de acordo, antes de o réu ser intimado a se manifestar sobre a denúncia.

Também com a intenção de tentar reduzir os litígios, o texto confirmou parte especial

para prestigiar a solução consensual nas ações de família. A simplificação será também favorecida pela cooperação das partes na organização, esclarecimento de alegações e eventual saneamento de vícios no processo, em audiência para essa finalidade.

Texto limita remessa a tribunal superior

O projeto cria ainda novas hipóteses para limitar a remessa obrigatória de processos à análise em instância superior nas ações que envolvam entes públicos e mesmo sem recursos contra a sentença desfavorável. União, estados, DF e municípios são os maiores litigantes do país, com grande contribuição ao quadro de congestionamento do Judiciário.

Outro avanço vem da simplificação do acesso à Justiça nos casos em que o indivíduo tenha elevada necessidade em proteger um direito, no mesmo momento em que for apresentar a ação. Nesses casos, será possível se limitar a requerer a chamada tutela antecipada satisfativa e apenas indicar o

pedido final da causa.

Concedida a tutela antecipada, haverá prazo para que o autor complemente a petição, com argumentos e junção de novos documentos, além da confirmação do pedido final. De forma rápida, isso pode evitar, por exemplo, a venda de uma casa, com tempo para que o autor da ação prove depois que tem direito a parte do bem.

As mudanças propostas pelos deputados incluem ainda a suspensão dos prazos processuais, entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, sem alteração no expediente interno no Judiciário. Como explica Vital, a medida atendeu antiga reivindicação dos advogados para evitar risco de perda de prazos durante suas férias.

O texto final da comissão também manteve a previsão de pagamento de honorários aos advogados públicos, em caso de sentenças favoráveis nos processos em que atuam.

Vital anunciou ainda que restaurou em seu relatório dispositivo referente ao pagamento de honorários privados em ações vitoriosas contra a Fazenda Pública. Nas ações acima de 100 mil salários mínimos (R\$ 72,4 milhões em valores de hoje), fica claro agora que o teto será de 3% sobre o montante envolvido. Antes, poderia haver o risco de entendimento de que seria aplicável o percentual de 25%, como esclarece o consultor legislativo do Senado Carlos Eduardo Elias de Oliveira.

Penhora poderá ser feita por tutela antecipada

Quem tem um crédito a ser protegido pode estar seguro, porém, que encontrará no novo CPC solução para garantir, por decisão judicial, o bloqueio e a penhora antecipada de dinheiro, aplicações financeiras e outros ativos do devedor.

O substitutivo incluiu emenda de Plenário que impedia a tutela antecipada na penhora dos ativos. A decisão de penhorar, assim, só poderia acontecer quando houvesse a sentença. A justificativa é de que a antecipação dava margem a abusos por parte dos juizes, mas Vital concordou que o credor poderia ficar desguarnecido.

O próprio relator da Câmara, Paulo Teixeira (PT-SP), condenou a emenda, pois considerava que o devedor poderia ocultar recursos para fugir da obrigação de pagar. Por isso, havia pedido à comissão para eliminar a emenda.

Com relação ao mecanismo que torna possível converter uma ação individual em coletiva, o apelo de Paulo Teixeira foi pela manutenção da emenda da Câmara com esse objetivo. O juiz poderia fazer a conversão quando a questão em exame for além do interesse restrito da pessoa que entrou com a ação. Seria o caso de uma questão de direito difuso ou coletivo.

Base aliada diz que mudança no superávit garante investimentos públicos e opositores criticam falta de credibilidade do Planalto

Governistas e oposição divergem sobre vantagem em redução da meta

A MUDANÇA NO cálculo do superávit primário aprovada pelo Congresso na madrugada de quinta-feira foi uma violência contra a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — na ótica da oposição — e uma vitória da coerência — segundo a base do governo. Na ressaca do primeiro embate no Parlamento após as eleições, senadores avaliaram o impacto da decisão no futuro do país e da economia.

Para Humberto Costa (PT-PE), líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, a aprovação do projeto (PLN 36/2014) garante mais investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações feitas em favor de 58 setores da economia.

— É a vitória da coerência e da confiança no país; de quem olha para o futuro do Brasil e não de quem o enxerga pelo retrovisor — disse o senador.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), também se ateve aos objetivos do projeto aprovado.

— O primeiro deles é continuar permitindo o investimento público para melhorar a infraestrutura e reduzir os custos do Brasil. E o segundo objetivo é permitir que o governo continue reduzindo a carga tributária, que é muito alta.

Relator do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR) julgou a nova meta — de R\$ 10,1 bilhões de superávit — mais realista que a estabelecida antes (de R\$ 116,1 bilhões). O senador atribuiu à disputa presidencial o ônus de tanta polêmica sobre a mudança no cálculo do superávit, que já ocorreu num passado recente.



Deputados e senadores lotaram o Plenário da Câmara durante aprovação da meta fiscal, em sessão de quase 19 horas

— Na verdade, a novidade é que foi um movimento após a eleição e gerou todo esse embate político. Isso é natural e faz parte da democracia — minimizou.

Em outro lado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) também viu motivos eleitorais para a decisão do Congresso.

— Para ganhar a eleição, o governo gastou de maneira desmedida, praticou o crime de responsabilidade e o que se verificou, na prática, foi a anistia de um crime já praticado. Isso rasgou por completo uma das maiores conquistas recentes do Brasil que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou o processo legislativo, que regimentalmente prevê o uso da palavra por partidos do governo e da oposição.

— A democracia, sobretudo, exige que nós tenhamos paciência para levar o processo

ao final, garantindo a palavra a todos, especialmente à Minoria — comentou, ao deixar o Plenário na madrugada.

Emendas

Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse não ver tanta importância na votação da emenda 69, a única parte do projeto que ficou pendente de análise por falta de quórum. Apresentada pelo deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), ela limita as despesas correntes discricionárias (que o governo pode escolher se executa ou não) ao montante do ano anterior.

— Se, por acaso, a gente perder, esse destaque não cria nenhum problema — disse.

Eunício enxerga a decisão do Congresso como uma oportunidade dada ao governo. Mas o líder do DEM, José Agripino (RN), sustenta que o governo, não a oposição, foi o grande perdedor da noite.

— Foi uma derrota do governo. Foi um embate entre os interesses do Brasil e os interesses do governo. À medida que ele propõe um Orçamento e um superávit primário que ele próprio desmancha, afugenta o investidor e fratura a própria credibilidade. Afinal, é um governo que brinca com o Congresso e brinca de fazer contas — criticou o senador.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG), ex-candidato à Presidência, desabafou nas redes sociais: “Lamentavelmente temos hoje um Congresso curvado à vontade da presidente”.

Candidato a vice-presidente na chapa de Aécio, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) tachou o projeto aprovado de “desastroso para o Brasil”.

— No final, quem vai ganhar são os bancos e quem vai perder é quem precisa de um financiamento, pagando juros mais altos.

Planejamento altera superávit para 2015 e previsão de crescimento do PIB

O Ministério do Planejamento divulgou ontem atualização das metas macroeconômicas para 2015, inclusive a de resultado primário, para alteração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. Os dados foram enviados ao relator da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO), Vital do Rêgo (PMDB-PB).

A perspectiva de crescimento real do produto interno bruto (PIB) foi diminuída de 3% para 0,8% e a meta de superávit primário para o setor público consolidado (União, estados e municípios) foi reduzida de R\$ 114,7 bilhões (2% do PIB) para R\$ 66,3 bilhões (1,2% do PIB). Desse total, R\$ 11 bilhões terão de ser economizados por estados e municípios. Se estados



Ministra Miriam Belchior (à mesa) em audiência, em novembro, no Senado

e municípios não atingirem a meta, o governo federal terá de compensar a diferença.

A meta de superávit caiu de R\$ 86 bilhões para R\$ 55,3 bilhões — já com desconto de R\$ 28,7 bilhões relativos a gastos com o Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC). Para 2016 e 2017, o ministério aposta em um superávit primário de 2% do PIB.

“Essa atualização decorre da mudança do cenário macroeconômico ocorrida após o envio do projeto da LDO, em

abril deste ano, e das novas metas anunciadas para o período 2015 a 2017”, diz o documento. O ministério também prevê crescimento do PIB de 2% em 2016 e 2,3% em 2017.

A taxa Selic média de 2015 deverá ser de 12,17%, diminuindo para 11,5% em 2016 e para 10,75% em 2017. O preço do dólar deve fechar 2015 em R\$ 2,67; 2016 em R\$ 2,71 e 2017 em R\$ 2,80.

Vital do Rêgo já havia se reunido com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para se inteirar dos detalhes das novas previsões. Com as perspectivas macroeconômicas nas mãos, a previsão é que o senador entregue o relatório final ao projeto da LDO 2015 nos próximos dias, para ser votado.

Relator pretende votar reforma do Código Penal no dia 17

A proposta de reforma do Código Penal brasileiro (PLS 236/2012) vai ser apresentada na próxima semana na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O relator do projeto, Vital do Rêgo (PMDB-PB), pretende conceder vista coletiva e pôr o texto em votação em 17 de dezembro.

O projeto é resultado do trabalho de uma comissão de juristas e passou posteriormente para uma comissão especial de senadores, que aprovou um substitutivo do relator, Pedro Taques (PDT-MT), em dezembro de 2013.

Vital informou que manteve a essência do texto, mas fez alterações na forma e no conteúdo. Foram mantidas, por exemplo, as previsões de penas maiores para crimes contra a vida e o aumento do rol de crimes hediondos, com a inclusão da corrupção.

Entre as alterações, ele destacou a inserção de um título específico para os crimes contra o estado democrático de direito, visto que o projeto revoga a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983).

Vital classificou a proposta como o “código do equilíbrio”:

— Nosso esforço foi para cumprir duas finalidades de uma legislação penal: punir os criminosos de modo proporcional à gravidade da conduta e evitar que o desejo de reparação por parte da sociedade se transforme em abuso do Estado — afirmou.

Votações da Comissão de Agricultura ficam para próxima semana

Os seis projetos em pauta ontem na Comissão de Agricultura (CRA) serão analisados na próxima semana, conforme informou Ruben Figueiró (PSDB-MS), que presidiu a reunião. As propostas não puderam ser analisadas ontem por falta de quórum.

O primeiro item na agenda é um substitutivo de Ana Amélia (PP-RS) ao PLS 679/2011, de Ana Rita (PT-ES), que prevê incentivos a pesquisas com agrotóxicos pouco ou não tóxicos ao ser humano.

Também foi adiada votação do PLS 201/2014, que determina que os recursos gerados por uma unidade da Embrapa sejam aplicados na própria unidade. Hoje, tais recursos são repassados ao Tesouro Nacional.

Especialistas avaliam que houve avanços com a nova resolução da Anac que prevê direitos especiais para pessoas com deficiência. Pleno atendimento, porém, é desafio

Debate indica ações para acessibilidade em voos

A RESOLUÇÃO 280/2013 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), editada para melhorar a qualidade do atendimento prestado aos passageiros com necessidades especiais, é um avanço, mas muitas barreiras ainda precisam ser superadas para que seja alcançada a plena acessibilidade em aeroportos e aviões. Foi o que apontaram debatedores em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Um dos problemas levantados é a determinação de que as companhias aéreas têm direito à palavra final na hora de decidir sobre o embarque de pessoas com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo. De acordo com as novas regras relativas à acessibilidade, os passageiros nessa situação devem informar a condição ao operador aéreo no momento da contratação do serviço. A pedido da companhia, eles também devem preencher formulário de informações médicas, que é submetido ao serviço médico da empresa, que pode recusar o embarque.

Lívia Magalhães e Simone Franco, ambas integrantes do Movimento do Orgulho Autista Brasil (Moab), consideram que a determinação pode funcionar

como instrumento de exclusão e discriminação das pessoas com deficiência.

— Mesmo que o médico que acompanha meu filho diga que ele tem condições de viajar, a palavra final vai ser da companhia aérea. Acho um pouco arbitrário. O médico da companhia não conhece o meu filho, às vezes nem conhece o autismo. Por que terá a palavra final? — questionou Simone.

Receio

Segundo Lívia, o receio dos pais de crianças autistas é de que os filhos sejam impedidos por terem algum comportamento considerado inadequado.

— A criança pode, em determinado momento, gritar, se debater, deitar no chão, rolar no chão. As pessoas ainda não estão prontas e abertas a entender que não é um comportamento voluntário. Essa é uma situação de restrição de direitos, da liberdade de ir e vir — observou.

O gerente de Operações da Anac, Marcelo Carneiro de Souza, esclareceu que o eventual desconforto ou inconveniente não constitui justificativa para recusa da prestação do serviço. Ele pediu que casos de recusa por essa razão



Senadora Ana Rita (ao microfone) recebe convidados para discutir o transporte aéreo de pessoas com deficiência

sejam informados à agência.

— O operador aéreo deve divulgar as condições gerais e restrições ao transporte. Se não for em questões objetivas, que eles consigam comprovar, serão punidos pela agência e pelo Judiciário em eventuais ações — disse.

Uma das principais novidades da resolução é que a responsabilidade pelos mecanismos para embarque e desembarque foi transferida para o aeroporto, mas as com-

panhias ainda precisam garantir entrada e saída do passageiro na aeronave. Outra mudança foi o fim do limite, por voo, da quantidade de passageiros que necessitam de assistência especial. E se o usuário não puder entrar ou sair sozinho da aeronave, a empresa terá de providenciar acompanhante ou autorizar o acompanhante indicado pelo passageiro, que pagará valor igual ou inferior a 20% do valor do bilhete.

A advogada Andrea Pontes,

que é paratleta da Confederação Brasileira de Canoagem (CBCa), chamou a atenção para algumas empresas que não estão garantindo o desconto para passagens compradas com milhas. Segundo a Anac, as empresas podem ser punidas.

O representante da Associação de Empresas Administradoras de Aeroportos, Marco Aurélio Pereira, reconheceu que os aeroportos ainda estão se adaptando, mas previu que até o final de 2015 estarão prontos para atender as necessidades dos passageiros.

O Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que 45,6 milhões declararam portar algum tipo de necessidade especial. A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), disse que ainda há muito o que avançar na questão da acessibilidade.

— Falar em acessibilidade é também promover essa mobilização em prol da defesa dos direitos das pessoas com deficiência, bem como apoiar essa luta incessante por um mundo mais acessível — disse.

Anac autua aéreas por embarque irregular de cadeirante

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) confirmou ontem que autuou a Gol Linhas Aéreas e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) pelo embarque irregular da cadeirante Katya Hemelrijk da Silva, na madrugada de segunda-feira, no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu, no Paraná.

Na hora do embarque, Katya precisou se arrastar

pelas escadas do avião, pois a empresa aérea não tinha um equipamento para elevar a cadeira de rodas dela até a porta da aeronave.

De acordo com o gerente de Operações da Anac, Marcelo Carneiro de Souza, o relatório com as conclusões sobre o caso será entregue a ele hoje pela equipe da agência que recebeu a denúncia.

A Anac deve aplicar autuações que podem gerar até

R\$ 300 mil em multas para a empresa aérea e para o operador do aeroporto.

— Queremos utilizar esse caso para que isso não aconteça mais. Carregar no braço é inaceitável. Da forma como foi é muito pior. Muito triste ver uma cena como essa. Vamos apurar as responsabilidades tanto do aeroporto quanto da empresa aérea. Precisamos saber quem efetivamente deu causa ao que aconteceu

— disse Carneiro no debate promovido pela CDH.

A presidente da comissão, Ana Rita, lamentou o episódio e lembrou que não é a primeira vez que o problema ocorre.

— Em 2011, episódio parecido ocorreu com a deputada federal Mara Gabrilli, que esperou duas horas para conseguir desembarcar no Aeroporto Internacional de São Paulo — recordou a senadora.

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
 Teste da linguinha obrigatório em recém-nascidos
 Lei 13.002/2014

LIBERDADE PARA NOSSAS LÍNGUAS!

O teste da linguinha nos recém-nascidos será obrigatório nas maternidades de todo o país.

O Senado aprovou a Lei 13.002, que determina a todas as maternidades a realização do teste da linguinha a partir de 23 de janeiro de 2015. Com ele, o médico vai determinar se a criança tem língua presa, o que pode prejudicar a fala e a amamentação.

O teste é mais uma conquista para uma saúde pública eficiente e um futuro mais seguro para as nossas crianças.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Alunos do ensino infantil, fundamental e médio da rede pública poderão ter acesso a iniciativas de prevenção de doenças, estabelece texto na pauta da Comissão de Educação

Projeto prevê ações de saúde no ensino básico

OS ALUNOS DA rede pública de educação básica poderão contar com ações específicas de prevenção de doenças e promoção de saúde. É o que prevê o substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 165/2010, que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) vai analisar em reunião marcada para terça-feira, às 11h. O projeto tramita em decisão final e conta com parecer favorável do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Sugerido pela estudante Martha Ramires de Souza, na primeira edição do Parlamento Jovem Brasileiro, realizada em 2004 pela Câmara dos Deputados, o projeto previa originalmente a realização anual de exames de acuidade visual e auditiva nos alunos do ensino fundamental da rede pública. Porém, durante a tramitação na Comissão de

Assuntos Sociais (CAS), depois de emendas e alterações, a proposta ganhou a forma de substitutivo.

O texto estabelece a criação da Política Nacional de Saúde na Escola (Pense), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção de doenças e de promoção e atenção à saúde. O programa prevê avaliações clínicas, nutricionais, oftalmológica, auditiva e psicossocial. Também contará com a promoção da atividade física e da alimentação saudável e com ações de prevenção do uso de álcool e drogas ilegais.

Para Cícero, além de focar a saúde integral dos estudantes, essa política torna-se importante por atingir toda a

educação básica. Uma vez estabelecido em lei, argumenta o senador, o programa garantirá perenidade e continuidade de importantes ações de prevenção, promoção e atenção à saúde já executadas pela União, tornando-se verdadeira política de Estado.

A CE pode analisar também

o PLS 255/2014, que leva a educação em tempo integral a todos os estudantes de ensino fundamental da rede pública no prazo de dez anos. Outro projeto que poderá ser votado é o que estabelece a obrigação de clubes esportivos oferecerem atendimento psicológico aos atletas para ajudá-los a

enfrentar o estresse antes e depois dos jogos (PLS 13/2012).

Também constam da pauta da CE o projeto que transforma o trote estudantil em contravenção penal (PLC 9/2009) e o que declara Lupicínio Rodrigues como patrono da música popular brasileira (PLS 322/2014).

Texto cria programa com avaliações clínicas, nutricionais, oftalmológica, auditiva e social



Estudantes participam do Projeto Parlamento Jovem na Câmara, em 2004, quando foi apresentado o projeto em análise

MP sobre crédito imobiliário será discutida na terça-feira

A comissão mista que analisa a MP 656/2014 vai se reunir na próxima terça-feira, às 9h, para apreciar o relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE). A MP prorroga normas de isenção tributária e regulamenta medidas para estimular o crédito imobiliário, além de estabelecer regras para devolução de mercadoria estrangeira não autorizada a ingressar no país. A comissão tem como presidente o deputado Afonso Florence (PT-BA) e como relator-revisor o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

A MP promove a desoneração de vários impostos incidentes sobre a receita decorrente da venda e da importação de partes utilizadas exclusiva ou principalmente em aerogeradores. Aerogerador é um dispositivo destinado a converter a energia cinética contida no vento em energia elétrica. O objetivo da medida é conferir às indústrias nacionais desse segmento maior competitividade frente às indústrias estrangeiras. Na visão do Executivo, viabiliza-se, assim, a participação competitiva do setor nacional nos leilões de energia eólica promovidos pelo governo federal, almejando, em

última análise, a ampliação da oferta de energia produzida em usinas eólicas e a redução do preço da energia elétrica cobrado do consumidor final.

Outro assunto tratado na MP é a prorrogação do prazo de vigência do regime especial de tributação de construtoras do Programa Minha Casa, Minha Vida, que se encerraria em 31 de dezembro de 2014. A medida prorroga a data final para 31 de dezembro de 2018. Esse regime especial de tributação promove a redução, de 4% para 1%,

da alíquota unificada de contribuição para o PIS-Pasep, Cofins, Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial de até R\$ 100 mil reais.

O governo argumenta que o programa tem permitido que milhares de famílias adquiram imóveis residenciais

com condições favoráveis, melhorando a qualidade de vida de parcela considerável de nossa população. Um dos elementos que têm contribuído para o sucesso do programa habitacional é, segundo o governo, a redução de preços dos imóveis decorrente da desoneração promovida pelo regime especial de tributação de construtoras envolvidas no programa.

A MP também prorroga a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico, incidente sobre o valor da remuneração do empregado. A prorrogação vai até o exercício de 2019, ano-calendário 2018. A possibilidade de dedução acabaria no fim deste ano. O governo mostra que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), após a criação do benefício fiscal, em que pese a redução no número de trabalhadores domésticos, de 6,63 milhões em 2005 para 5,89 milhões em 2014, houve elevação na taxa de formalização, de 23,3% em 2005 para 26,3% em 2014 — o que indica relação do incentivo fiscal com a formalização do emprego doméstico.



Eunício é relator da medida provisória que prorroga tributação especial para o setor imobiliário

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Silvío Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Grupo de idosos acampou no Salão Verde da Câmara por 16 dias até a aprovação, na quarta-feira, do projeto que garante recursos para pagamento de benefícios do fundo

Aposentados do Aerus vencem luta no Congresso

A CÂMARA DOS Deputados é conhecida como a casa do povo. Em raras ocasiões isso foi tão verdadeiro como nas últimas semanas, quando um grupo de idosos de seis estados, aposentados das extintas empresas Varig e Transbrasil, montou acampamento a poucos metros do Plenário e, durante 16 dias, não arredou pé, em nome de uma causa.

O motivo da ocupação foi a luta pelo PLN 31/2014, aprovado na quarta-feira pelo Congresso. O projeto autoriza crédito orçamentário de R\$ 248,2 milhões para que o Ministério da Previdência, cumprindo sentença judicial, pague aposentadorias, pensões e auxílios-doença atrasados aos beneficiários do Aerus, fundo de pensão dos trabalhadores do setor aéreo.

O grupo se instalou no Salão Verde, a antessala do Plenário da Câmara, onde normalmente ocorrem as sessões do Congresso que votam propostas

orçamentárias. Foi nesse espaço, onde deputados e senadores transitam e equipes de TV abordam os assuntos do dia, que os idosos permaneceram de 17 de novembro até a quarta-feira.

O texto havia passado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) em 12 de novembro e, seis dias depois, estava na ordem do dia do Congresso. Na expectativa da aprovação, os aposentados chegaram dispostos a passar a noite em vigília, aguardando o resultado. A votação não aconteceu naquele dia, e eles decidiram ficar. Ficaram por duas semanas, até a decisão final.

Nesse período, dormiram sobre o carpete, tomaram banho nos banheiros dos funcionários e chegaram a montar uma pequena árvore de Natal, decorada com bilhetes pedindo justiça e dignidade. Fizeram da Câmara, de fato, a casa deles.

A organização do movimento já trabalhava com a possibi-



Idosos, que há anos buscavam a restituição dos pagamentos, decidiram ficar no Parlamento até a aprovação da proposta

lidade de uma permanência prolongada desde o início. É o que explica Osvaldo Rodrigues, um dos coordenadores.

— Viemos preparados para um “confinamento”. Deixamos todo mundo de sobreaviso e pedimos para só vir quem pudesse aguentar — conta ele.

Determinação

O número de acampados variava conforme o dia, chegando a 30 no dia da votação. Vieram dos três estados do Sul, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Distrito Federal. Trabalharam como pilotos, comissários de bordo, mecânicos e funcionários administrativos de empresas como Varig e Transbrasil.

Sendo todos idosos, a moradia improvisada causou alguns desconfortos. Alergias e dores nas costas eram as queixas mais comuns. O gaúcho

Vilmar Lopes dormia sentado.

— Tenho próteses nos quadris e não tenho condição de deitar no chão duro, senão não consigo levantar. Em casa tenho um colchão ortopédico, mas aqui o jeito é ficar numa cadeira — disse ele, que, apesar de tudo, não perdeu o pique.

Seu conterrâneo Miguel Ramos falou da saudade da família. Para ele, é difícil passar tanto tempo longe de casa, mas a luta era imprescindível.

— Minha mulher está apavorada, os netos ficam preocupados, e com razão. Não é fácil, mas o que é que eu vou fazer? Eu estou aqui fazendo uma coisa que não é só por mim.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac) calculam que cerca de 20 mil aposentados foram afetados

pela redução gradual no financiamento do Aerus. Nos últimos anos, os pagamentos estavam limitados a 8% do valor originalmente previsto.

— Tem comandante ali que ganhava R\$ 8 mil, R\$ 10 mil por mês e hoje sobrevive com 1 ou 2 salários mínimos — espanta-se Paulo Paim (PT-RS), principal contato do grupo no Congresso.

O assunto se arrastava há cerca de uma década sem restabelecimento dos pagamentos. As entidades também contabilizam que, nesse período, mais de 1,2 mil aposentados morreram sem ver solução.

O decano do grupo, Zoroastro Lima Filho, de 84 anos, criticou as atitudes das empresas aéreas, que retiraram dinheiro do Aerus, e do governo federal, que permitiu isso por meio de 28 repactuações. Para ele, os aposentados ficaram indefesos.



Vindo de 6 estados, grupo dormia no chão e usava banheiros dos funcionários

Mobilização é necessária, diz Paim

Graziella Baggio, ex-presidente do SNA, foi apontada pelos manifestantes como a principal organizadora do movimento. Ela coordenou a ocupação a bordo de uma cadeira de rodas cedida pela Câmara, pois, na véspera do acampamento, estava com tornozelo e joelho esquerdos quebrados após um tombo. Ela disse acreditar que, se não fosse pela atitude, o PLN 31 não teria avançado.

— Nosso projeto estava na CMO desde 13 de outubro. Todos os demais projetos continuam lá. Se nós não tivéssemos vindo, talvez o nosso ainda estivesse para ser aprovado lá — observou.

Ela também crê que a decisão de se instalar no Salão Verde deu aos aposentados a visibilidade necessária para criar, entre os parlamentares, um consenso sobre a importância de acelerar a análise do texto.

— A idade dos colegas e as condições em que a gente está ajudam a criar uma unanimi-

dade. Essa aproximação faz com que os parlamentares, sejam da situação ou da oposição, se tornem mais sensíveis.

O presidente da Fentac, Luiz Sérgio Dias, não passou noites com o grupo, mas garantiu que foi ao Congresso prestar apoio logístico e moral sempre que pôde. Para ele, a mobilização é característica da categoria.

— O pessoal da aviação sempre brigou muito para ter melhores condições de trabalho, melhor remuneração, reconhecimento da profissão. Na velhice, tiveram que, mais uma vez, mostrar a sua força de vontade — elogiou.

Já Marcelo Bona, diretor-executivo da Secretaria de Saúde do SNA, ressaltou que a atuação dos aposentados — a quem chama, carinhosamente, de “jurássicos” — gerará efeitos benéficos para o futuro.

— Aposentadoria não é sinônimo de esperar a morte chegar. Essa geração que está prestes a ir para casa não pode ser esquecida. Tem que deixar um legado para as pessoas

que vierem nos substituir.

Para o senador Paulo Paim, a reivindicação dos aeronautas é mais do que justa e a forma que eles escolheram para protestar contribuiu para o sucesso da causa e a aprovação do projeto que recompõe os benefícios do Aerus.

— Esses jovens de cabelos prateados dão o exemplo de que é importante acreditar, lutar e fazer acontecer. Mais vale um gesto concreto do que mil discursos. Estão demonstrando qual é o caminho da vitória: participação popular dentro do Congresso.

O senador afirmou que endossa e recomenda esse tipo de atitude a todos que tiverem alguma reivindicação e lembrou que ele mesmo já trouxe movimentos sociais para ocupar o Congresso.

— Se os movimentos sociais se articulam, são uma mola de pressão muito forte. Com gestos como esse, a população pode se fazer enxergar e dizer: “Não vou só colocar o piano no salão, vou também tocar”.

Manifestação pacífica e rotina organizada

Enquanto habitaram o Salão Verde, os aposentados do Aerus mantiveram uma rotina de organização. Ao cair da noite, estendiam lençóis e travesseiros. De manhã cedo, deixavam o espaço apresentável para o dia de trabalho da Câmara.

O diretor da Polícia Legislativa da Câmara, Paulo Marques, elogiou a atitude deles.

— Não tivemos dificuldade. São pessoas bem tranquilas, cordiais, ordeiras. Não nos causaram nenhum transtorno e respeitaram toda orientação.

Marques conta que a grande preocupação dos policiais foi garantir estrutura para os aposentados fazerem o ato. Apesar de reconhecer as limitações do espaço, ele saudou a disposição dos idosos.

— Colocamos uma brigada para se, porventura, alguém passasse mal. O departamento médico teve conhecimento de que pernoitaram na Casa. Ficamos sensibilizados porque são

pessoas idosas e não tiveram o conforto de casa, mas eles são mais resistentes que a maioria dos grupos que vêm aqui.

Para os aposentados, a necessidade de conservar a integridade do local era fundamental e qualquer manifestação deveria ser pacífica.

— A pressão tem que acontecer, é um direito, e eles [os políticos] têm que aceitar que estamos aqui. Porém, se quebrar tudo e fizer baderna, perde a razão — sublinhou Osvaldo Rodrigues.

— A gente custa tanto para construir, por que destruir? — ponderou Miguel Ramos.

Marcelo Bona destacou que os aeronautas veteranos já passaram por piores bocados.

— Esses que estão aqui fizeram a integração do Brasil. Naquela época, quando dava pane no avião, você ia dormir debaixo da asa em pista de terra. Carpete é resort cinco estrelas — brincou.

Segundo o Ministério da Saúde, país ainda não está preparado para ampliar o rastreamento da doença. Hábitos saudáveis e campanhas de prevenção seriam mais efetivos

Debate sugere divulgação do câncer de intestino

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA ontem para discutir os casos de câncer de intestino no país, os convidados concordaram que o rastreamento da doença, por meio de uma campanha nacional, reduziria a incidência e a mortalidade. Entretanto, a coordenadora-geral de Atenção às Pessoas com Doenças Crônicas do Ministério da Saúde, Patricia Sampaio, descartou a possibilidade, pelo menos no curto prazo.

Uma das ideias da senadora Ana Amélia (PP-RS), que solicitou o debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), era propor a criação de uma campanha a exemplo do Outubro Rosa, para detecção de cânceres de mama e de colo de útero, e do Novembro Azul, do câncer de próstata. No entanto, Patricia disse não ser possível garantir, com a rapidez necessária, exames de colonoscopia de rastreamento com tanta intensidade sem que haja pacientes com fatores de risco ou sintomas da doença.

— Hoje a gente não considera o rastreamento viável e de custo efetivo. A gente recomenda, fortemente, estratégias para divulgação ampla de sinais de alerta para a população e profissionais de saúde e acesso imediato ao exame diagnóstico — explicou Patricia.

Alertas de sintomas

A representante do ministério defendeu a prevenção primária, para mudar a qualidade de vida e os hábitos da população, e a realização de campanhas e alertas para sinais e sintomas. Na opinião dela, focar somente na colonoscopia de rastreamento não é a saída, até porque o



Especialistas discutem, em audiência presidida por Waldemir Moka (C), políticas públicas para melhorar o diagnóstico do câncer colorretal e reduzir a incidência

câncer colorretal não é um dos que mais matam no país. É o sexto entre os homens e o quinto entre as mulheres.

Ana Amélia deve propor a criação de um mês de conscientização, com campanha nacional, mas para divulgar informações sobre a existência da doença e que sintomas devem ser considerados para iniciar uma investigação. Apesar de o câncer de intestino não ser tão letal quanto outros, conforme informou Patricia, a senadora disse que o poder público precisa lidar com o assunto.

— Me reporto à aids. Baixamos a vigilância e o que aconteceu? Ela recrudesciu

de maneira assustadora no país. Podemos ter a chance de aumentar [a letalidade do câncer colorretal] — disse.

Outro resultado da reunião, conforme o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), é a formação de um grupo técnico para estudar o tema e propor ações envolvendo a União, estados e municípios. A ideia é elaborar um projeto-piloto de rastreamento da doença para ser aplicado em estados onde há mais casos: Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Moka se comprometeu a acionar a Secretaria de Saúde de Mato Grosso do Sul para facilitar o trabalho conjunto.



Ana Amélia participa, ao lado de Ruben Figueiró, do debate proposto por ela

Obesidade e sedentarismo aumentam risco da doença

Antes de chegar à etapa de investigação e tratamento, o cidadão deve investir na prevenção primária, evitando agentes que podem provocar a doença (como gordura, carne vermelha, álcool e obesidade) e investindo nos fatores protetores, como manter rotina de exercícios e aumentar a ingestão de frutas e legumes, com agentes antioxidantes e fibras.

— Essas mudanças, se realizadas quando o indivíduo é jovem, vão resultar numa redução importante da incidência da doença, praticamente sem custo para a sociedade — explicou Paulo Hoff, diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo.

Hoff mencionou a possibilidade de detecção por meio de um exame de sangue que checaria o “DNA circulante” do tumor, mas ele ainda não é comercialmente viável. Na opinião dele, essa seria a solução final. A possibilidade de pesquisa para o desenvolvimento

comercial do exame animou a senadora Ana Amélia.

No entanto, enquanto ele não é desenvolvido, conforme observou Luciana Holtz, presidente do Instituto Oncoguia, já seria excelente se os cidadãos tivessem acesso a informações sobre câncer de intestino e exames preventivos. E, principalmente, se soubessem que sedentarismo e obesidade têm, sim, relação com a doença.

— Hoje a gente sabe o quanto a obesidade está conectada com o surgimento de um câncer, especialmente o colorretal — alertou.

O câncer colorretal é o terceiro tipo de câncer mais comum no Brasil em homens (após próstata e pulmão) e o segundo em mulheres (o primeiro é o de mama), excluindo-se o câncer de pele não melanoma. As regiões de maior incidência são Sul e Sudeste, com 25 casos a cada 100 mil homens e 27 a cada 100 mil mulheres.

Conscientização é essencial, diz médica

A maioria dos participantes do debate concordou que o rastreamento — que pode se iniciar por meio de um exame de fezes chamado “sangue oculto” e outros, até chegar à colonoscopia — é uma medida preventiva eficaz. A colonoscopia é capaz de identificar o aparecimento de pólipos intestinais benignos, que, em cerca de 10 a 15 anos, devem se tornar um tumor maligno, como explicou Marlise Cerato, presidente da Associação Gaúcha de Coloproctologia.

— Os rastreamentos levam ao diagnóstico precoce, com taxas de cura de até 90%, ou evitam a doença. Interrompendo a sequência adenoma-carcinoma e fazendo um diagnóstico do pólipo,

podemos fazer a polipectomia [remoção] — esclareceu.

Um estudo americano citado por Marlise Cerato comprovou que a taxa de incidência do câncer colorretal caiu 30% em dez anos, enquanto o número de colonoscopias triplicou — ou seja, é possível, na opinião dela, prevenir a doença.

Segundo Angelita Habr-Gama, presidente da Associação Brasileira de Prevenção do Câncer de Intestino, a cada 100 doentes operados e tratados no Brasil, 50 vão morrer em cinco anos, mesmo sendo o tumor colorretal um câncer de diagnóstico precoce e prevenção fáceis. A Bolívia tem um programa de rastreamento, mas o Brasil, não, lamentou.

Apesar da importância da

detecção precoce, por não haver uma diretriz efetiva sobre conscientização, prevenção e sintomas, os médicos pedem exames desnecessários, especialmente a colonoscopia. Segundo o secretário-geral da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, Eduardo Vieira, cerca de 80% das colonoscopias analisadas por ele, com pedidos provenientes tanto da rede pública quanto da privada, são desnecessárias.

— Eu acho que, se houver uma diretriz como há para o câncer de mama, principalmente no sistema público, nós vamos ter não um aumento de custo, mas uma diminuição, com efetividade muito maior no resultado final — afirmou Vieira.